

2015 TRAZ INÚMEROS DESAFIOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

Desde o início de 2015 a classe trabalhadora vem sofrendo ataques por todos os lados. Setores conservadores organizados têm jogado duro contra os avanços conquistados nos últimos anos; e tentado impedir outros tantos, o que, em certa medida, pode comprometer a nossa democracia - alcançada por meio de muita luta.

No plano geral, temos o Congresso Nacional mais conservador do período pós-1964, sempre pronto para aprovar mais ataques aos direitos da classe trabalhadora. De outro, há o governo federal, que emite sinais trocados.

Basta ver o que ocorreu no Congresso e a postura dos parlamentares e do governo no caso da votação das Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665. A postura do governo foi reafirmar a manutenção de um projeto que acaba por fragilizar as relações do trabalho.

Em outra ponta houve a hipocrisia da direita, querendo votar contra o projeto. Mas, ao mesmo tempo, essa mesma direita não hesitou em atropelar os trabalhadores e aprovar a terceirização, via PL 4.330, o PL da Escravidão - que permite a subcontratação ilimitada da mão de obra e a precarização do trabalho -, agora em tramitação no Senado. O governo, por sua vez, se posicionou contra a terceirização, mas fez aquele pacote de MPs que fragiliza o trabalhador. É um paradoxo.

No caso específico da Educação, os governos de recorte neoliberal se esforçam para retirar direitos e conquistas. Não à toa, professores e orientadores de seis estados estão em greve.

Distrito Federal - No DF, os ataques se mantêm, com inúmeras tentativas de enfraquecer diversas categorias de trabalhadores.

O governo Rollemberg, sempre com a desculpa de não haver caixa e da necessidade de apertar o cinto, promove iniciativas que subtraem direitos na tentativa de emplacar um ideário neoliberal no Distrito Federal.

Nesta semana, cerca de 140 mil servidores públicos de 32 categorias se livraram de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que pretendia barrar a reestruturação das carreiras e evitar a concessão de reajustes salariais. Vale registrar que as leis que regem a reestruturação das carreiras foram fruto de muita discussão técnica, jurídica e econômica, passando por todos os trâmites necessários, após um longo e árduo processo de negociação entre as categorias e o governo de então.



Instigado pelo GDF, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entrou em cena, formulando a tal ADI, sob o argumento de que não havia dotação orçamentária específica no orçamento de 2015 para concessão de reajustes salariais.

O desfecho foi o melhor possível para a classe trabalhadora. O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal rejeitou por unanimidade a Ação movida pelo MPDFT.

A decisão, apesar de representar uma derrota política expressiva para o GDF, faz com que os servidores fiquem bem atentos. Para o Sinpro, o governo está demonstrando que fez a escolha clara por uma política neoliberal, ou seja, botar a culpa nos servidores públicos pela sua própria incapacidade de administrar. Não é possível colocar o servidor público como bode expiatório para justificar as dificuldades de gestão que ele, governo, tem -

bem longe do recorrente discurso de dificuldade financeira.

Mais ataques - Em outra nefasta iniciativa, o GDF protocolou recentemente na Câmara Legis-

lativa o Projeto de Lei Complementar (PLC) 19, que altera o sistema previdenciário para os novos servidores públicos.

A diretoria colegiada do Sinpro-DF manifestou sua preocupação com o PLC porque ele causa prejuízos financeiros aos novos servidores de todas as áreas, pois fixa limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões e autoriza a criação de entidade de previdência complementar.

Ao definir um valor-teto, o GDF alinha o

Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do setor público, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), da iniciativa privada. Ao criar a previdência complementar, o PLC 19/2015 também obriga os novatos que quiserem, no futuro, aposentarem-se com salários acima

desse teto a aderirem a esse tipo de negócio - que fixa a contribuição de cada servidor, mas não define o valor do benefício.

A diretoria colegiada do Sinpro também antevê prejuízos políticos e sociais, uma vez que o modelo, no futuro, irá dividir a categoria, enfraquecendo a luta dos aposentados. Ao instituir dois modelos de regime previdenciário no serviço público, o governo elenca prioridades que poderão mudar o foco da luta e causar a desarmonia da categoria, podendo deixar de lado a luta pelos direitos dos aposentados.

Segundo o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto, o governo Rollemberg - que se diz socialista - está muito mais para neoliberal, "tentou roubar nossos direitos com a ADI, está tentando roubar as aposentadorias mexendo no Iprev, está ameaçando servidor de demissão e já está demitindo outros trabalhadores terceirizados, além de estar colocando as estatais à venda. Mas, como sempre, a classe trabalhadora, unida, saberá dar a resposta contra a retirada de direitos"

O fato é que não aceitaremos retiradas de direitos. É necessário uma reagir imediatamente. E a hora é agora. A resposta ao que assistimos será dada com a união dos trabalhadores, indo às ruas, promovendo mobilizações, fazendo valer a sociedade que desejamos construir.

O governo Rollemberg, sempre com a desculpa de não haver caixa e da necessidade de apertar o cinto, promove iniciativas que subtraem direitos na tentativa de emplacar um ideário neoliberal no Distrito Federal

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19 DE ROLLEMBERG FRAGILIZA SERVIÇO PÚBLICO DO DF

Limitar aposentadorias e pensões do funcionalismo ao teto atual de R\$ 4.663 é um desrespeito com os(as) novos(as) servidores(as)

O “choque de gestão” promovido pelo governador Rodrigo Rollemberg (PSB) segue a todo vapor. No dia 20 de maio, foi protocolado na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o Projeto de Lei Complementar (PLC) 19. Este documento institui o Regime de Previdência Complementar para o funcionalismo público do DF, fixando o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões, além de autorizar a criação de uma entidade de previdência complementar.

Estas medidas neoliberais apresentadas pelo GDF causa grande prejuízo aos(as) novos(as) servidores(as) públicos(as), ao limitar o teto das aposentadorias ao valor atual de R\$ 4.663. Ao definir um valor-teto, o GDF alinha o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do setor público, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), da iniciativa privada.

O PLC 19/2015 também obriga os(as) novos(as) servidores(as) a aderirem ao regime de

previdência complementar, caso no futuro desejem se aposentar com um valor acima do teto estipulado. Na previdência complementar, a contribuição do(a) servidor(a) é fixada, porém não é definido o valor do benefício, que será pautado por rendimentos futuros do montante das contribuições de cada servidor(a), ou seja, pelas variações do próprio mercado.

O Sinpro defende a manutenção do sistema previdenciário vigente hoje no Distrito Federal

(no qual a maioria aposenta com os vencimentos integrais), pois ele não distorce a carreira no momento da aposentadoria, não colocando em risco que no nos próximos anos os(as) servidores(as) já aposentados(as) com proventos integrais possam ser ameaçados(as) com mudanças nos valores de suas aposentadorias. Além disso, o Sindicato entende que no futuro estas medidas vão dividir a categoria, enfraquecendo a luta dos(as) aposentados(as).

GOVERNO FEDERAL PROPÕE REDUÇÃO DE DIREITOS

Sob o argumento de corrigir distorções, o governo federal lançou mão das Medidas Provisórias (MPs) 665 e 664 e avançou sobre direitos dos trabalhadores. Essas MPs – editadas no final do ano passado sem nenhum diálogo com os trabalhadores e suas representações – restringem o acesso ao auxílio-doença, pensão por morte, seguro-desemprego, abono salarial, contra as quais se mobilizam a CUT e outras centrais sindicais.

“Nada disso foi negociado conosco, tudo foi imposto e o constrangimento da base aliada poderia ser evitado se o governo retirasse as medidas e levasse a discussão sobre esses temas ao fórum que criamos e terá participação nossa, além do próprio governo e dos empresários”, explicou o presidente da CUT, Wagner Freitas, em referência ao Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência Social, que terá início do mês de junho.

O fato é que o país passa por um momento extremamente difícil. O governo parece encurralado e não demonstra capacidade de ampliar o horizonte político de um projeto que fez o Brasil avançar nos últimos anos.

Um pressuposto fundamental para sair desta situação deve ser o crescimento, com proteção dos empregos, evitando que o Brasil mergulhe numa recessão que se avizinha. No entanto, a posição do governo, expressa pelo Ministério da Fazenda, está concentrada exclusivamente numa política de ajuste fiscal, que além de insu-

ciente, pode deteriorar ainda mais o quadro econômico brasileiro.

O governo diz para a sociedade que a MP 665 ataca uma distorção no gasto das políticas de proteção ao trabalhador formal e que a MP 664 corrige abusos e fraudes. No entanto, admite publicamente, especialmente quando se dirige ao mercado financeiro, que essas medidas fazem parte de um ajuste fiscal.

Porém, o quadro de desequilíbrio fiscal das contas do governo não é responsabilidade dos mais pobres, trabalhadores, aposentados e pensionistas. As causas desse desequilíbrio foram a desoneração fiscal de mais 100 bilhões concedida pelo governo às grandes empresas, as elevadas taxas de juros Selic, que transferem recursos para o sistema financeiro, e a queda da arrecadação devido ao baixo crescimento no ano passado.

Não é justo, agora, colocar essa conta para ser paga por aqueles que precisam de políticas públicas, trabalhadores, aposentados e pensionistas.

O ajuste fiscal, nos termos em que está sendo proposto, coloca o governo contra as forças progressistas, enfraquecendo a capacidade de um salto político. É necessário reagir e colocar em andamento uma nova agenda política, em conjunto com as forças democráticas e populares, os movimentos sociais organizados e os partidos políticos realmente comprometidos com o desenvolvimento inclusivo do país, a soberania nacional e a retomada do crescimento, com a garantia do emprego.

CONGRESSO REACIONÁRIO ATACA TRABALHADORES

O aumento de militares, empresários, ruralistas e outros segmentos mais identificados com o conservadorismo deram um novo rosto ao Congresso Nacional.

Segundo o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz, “o novo Congresso é, seguramente, o mais conservador do período pós-1964”, afirma. E complementa: o Congresso Nacional está pulverizado partidariamente, liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais.

A pauta deste setor para eliminação, redução ou flexibilização de direitos, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), inclui 101 itens, que vão desde alteração constitucional, passando por mudanças nas leis e tratados internacionais de que o Brasil é parte, até súmulas e enunciados de tribunais superiores.

Para piorar a situação, houve uma perda expressiva da bancada que defende os trabalhadores. Até o ano passado, 83 membros defendiam essa causa e na atual legisla-

tura são 50 deputados e nove senadores.

O fato é que os trabalhadores estão correndo mais riscos do que nunca e a investida sobre direitos e conquistas trabalhistas já começou.

Um exemplo do que falamos foi a votação e aprovação – às pressas – do PL 4.330, o PL da Escravidão, na Câmara; e agora no Senado, tramitando como PLC 30/15. Este projeto de lei pretensamente objetiva regulamentar as terceirizações, mas esconde o lado perverso de permitir subcontratações ilimitadas, além de dar o sinal verde para esse tipo de contratação na atividade fim das empresas.

Embora a Educação Pública esteja fora do PL da Escravidão, nada impede que o atual Congresso resolva alterar mais radicalmente a legislação e terceirizar professores. “Isso não é impossível”, pondera a diretoria do Sinpro.

O momento atual exige o reforço da mobilização nas ruas para deixar claro o que a classe trabalhadora deseja para o seu futuro. É hora de fazer a disputa política, no sentido de que não se percam direitos conquistados à custa de muita luta.

PEDAGOGOS-ORIENTADORES EDUCACIONAIS ESTÃO SOBRECARRREGADOS NAS ESCOLAS

Neste ano ainda não foi convocado nenhum profissional que foi aprovado no concurso de 2014

Há vários anos o Governo do Distrito Federal não contrata pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais. E o governo de Rodrigo Rollemberg não tem pressa para encerrar este hiato. Após muita cobrança do Sinpro, no dia 7 de maio, o Diário Oficial publicou o

edital 09/2015 que homologa o concurso de pedagogo(a)-orientador(a) educacional realizado em 2014. E desde então, o GDF nada fez. A categoria aguarda (no mínimo) um cronograma com as nomeações.

Enquanto isso, a rede pública do DF conta com apenas 748 peda-

gogos(as)-orientadores(as) educacionais para atuar na mediação de mais de 470 mil estudantes (média de um para 628 estudantes), espalhados nas mais de 650 escolas. Em algumas instituições de ensino há apenas um(a) pedagogo(a)-orientador(a) educacional para atender

mais de 1000 alunos(as). O Sinpro defende a proporção de um(a) profissional para cada 300 alunos(as). Circula na internet um abaixo assinado para que o GDF promova imediatamente estas nomeações (no site <http://www.peticaopublica.com.br/>).